




O 13 de maio em Alagoas: Registros de festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais

Fábio Francisco Almeida Castilho

Professor do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió, professor e pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional (Profept). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

 0000-0003-3281-612X

 <https://doi.org/10.28998/rchv15n30.2024.0003>

Recebido em 10/06/2024

Aprovado em 21/11/2024



O 13 de maio em Alagoas: Registros de festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais

RESUMO

O presente artigo possui o fito de acompanhar as notícias e comentários sobre a sanção da Lei Áurea em periódicos de Alagoas. Nosso material de consulta foi o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, que dispõe de vinte e quatro periódicos que estavam em circulação em 13 de maio de 1888 na província. Nossa intenção foi conhecer a opinião dos redatores sobre a libertação dos escravizados no momento pós-libertação, em especial, observar os registros de festas e demais celebrações que tenham acontecido, averiguando a participação popular, tanto na capital como nos demais municípios da província. A partir da bibliografia sobre o tema, é bastante conhecido que houve celebrações espalhadas por todo o país, e, portanto, faz-se necessário averiguar os registros da participação popular e dos ex-cativos nessas comemorações. O método empregado foi o qualitativo exploratório, consistindo na pesquisa, leitura e análise das edições dos periódicos. Nos resultados, procuramos analisar como foram representados os ex-cativos nos periódicos que registraram as comemorações que ocorreram a partir da libertação dos escravizados em Alagoas. Destaca-se que essa presença é muito pequena, mas parte do esforço metodológico consistiu em encontrar menções e analisá-las à luz de bibliografia mais contemporânea e da compreensão de perceber os libertos enquanto protagonistas dos episódios de celebração.

PALAVRAS-CHAVE:

História de Alagoas; Lei Áurea; Festejos Populares; Periódicos

The 13th of May in Alagoas: Records of festivities about the Lei Áurea in provincial newspapers

ABSTRACT

This article aims to follow the news and comments about the sanction of the Lei Áurea in newspapers in Alagoas. Our reference material was the collection of the Hemeroteca Digital Brasileira, which has twenty-four periodicals that were in circulation on May 13, 1888 in the province. Our intention was to understand the opinion of the writers on the liberation of enslaved people in the post-liberation period, in particular, to observe the records of parties and other celebrations that took place, investigating popular participation, both in the capital and in other municipalities in the province. From the bibliography on the subject, it is well known that there were celebrations spread throughout the country, and, therefore, it is necessary to investigate the records of popular participation and former captives in these celebrations. The method used was exploratory qualitative, consisting of research, reading and analysis of periodical

editions. In the results, we sought to analyze how former captives were represented in the periodicals that recorded the celebrations that took place after the liberation of enslaved people in Alagoas. It is noteworthy that this presence is very small, but part of the methodological effort consisted of finding mentions and analyzing them in the light of more contemporary bibliography and the understanding of perceiving the freedmen as protagonists of the celebration episodes.

KEYWORDS: History of Alagoas; Lei Áurea; Popular Festivities; Newspapers

Introdução

No último 13 de maio de 2024 comemorou-se cento e trinta e seis anos da Lei Áurea. O final da escravização no país é um dos temas mais frequentados pela historiografia nacional. Entre as pesquisas mais recentes, temos a preocupação de atribuir protagonismo às camadas populares e entender suas motivações, conferindo relevância ao papel desempenhado pelos ex-cativos (Alonso, 2015; Machado e Castilho, 2015; Pincerati, 2018; Lara 2020).

No que tange à libertação, especificamente ao 13 de maio, tivemos por determinado período a preocupação historiográfica em reproduzir os discursos das elites, mostrando o papel dos proprietários em “conceder” à liberdade aos seus cativos. Ou seja, a narrativa encontrada retira o protagonismo dos libertos para destacar a participação proprietária como a mais importante do processo histórico (Domingues, 2011). Nesse texto, ao contrário, buscamos reconhecer o papel preponderante dos libertos, embora os documentos analisados não tenham sido produzidos com essa finalidade.

Nesse sentido, as festas ocorridas em torno do 13 de maio podem ser um “símbolo” (Pesavento, 1995) dessa perspectiva, pois muitos periódicos tentaram destacar cerimônias oficiais, onde o papel das autoridades públicas e das elites proprietárias as figuram na condição de libertadoras. No entanto, confiamos ser possível encontrar nos mesmos periódicos alguns elementos que possam assinalar a participação dos libertos e os seus festejos. Nesse viés, os ex-cativos se tornam protagonistas do processo de libertação. No entanto, na maioria das vezes, estão representados de maneira marginal e não recebem destaque nas folhas analisadas. Portanto, trata-se de um esforço metodológico de encontrar em pequenos fragmentos sentidos diversos da tradição de enaltecer e, por vezes, converter o papel de antigos proprietários em “abnegados” libertadores.

De acordo com Wlamyra Albuquerque (2015, pp. 12 e 13), no Brasil esse período costuma ser chamado de “pós abolição” e tem se constituído como um novo campo de investigação com caráter mais sistemático e dissociado dos estudos sobre escravidão e abolicionismo. Para a autora, o significado da pós abolição no Brasil suscita diversas “faces e fases”, pois foi um período de longa duração que abrange desde a propaganda abolicionista nas capitais do Império na década de 1880¹ até os movimentos sociais de

¹ Sobre essa questão, a autora menciona os casos das cidades de Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto

luta antirracista na época da redemocratização.

Sobre a historiografia acerca da dinâmica das festas em fins dos oitocentos e os significados dessa festa, Renata Moraes analisa as festas de abolição no Rio de Janeiro, local onde observa que o apoio à causa abolicionista teve como um dos caminhos principais os jornais da Corte. Afirma a autora que, se na década de 1880 uma parte da imprensa foi condescendente com a escravidão, através da publicação de anúncios de escravizados fugidos e recompensas para as suas capturas, ao final da década e da escravização, os jornais, em sua maioria, se tornaram os grandes apoiadores da causa e da sua solução por meio do parlamento. Com efeito, Moraes assinala que, desde a apresentação da lei em 8 de maio até a sua assinatura na tarde do dia 13, os redatores dos jornais da Corte divulgaram forte entusiasmo pela abolição ao mesmo tempo que tratavam de interpretar suas causas e efeitos para seus leitores. Além disso, entre uma discussão e outra da lei no parlamento, eles convocaram a população para fazer uma espécie de vigília nos arredores da Câmara e do Senado a fim de demonstrar para deputados e senadores que a abolição era uma aspiração nacional. Para a historiadora, a imprensa da Corte foi “eficiente” ao engendrar um ar de unanimidade e tranquilidade para quem lia seus jornais e ao mesmo tempo festejava a abolição.

Embora não seja o objetivo central do artigo, cabe mencionar que a disputa de sentidos sobre a liberdade e a participação popular, em especial das populações negras, conferiam à festa um caráter político. Nesse sentido, Wilian Lucindo (2022) afirma que os libertos sentiam que o fim do regime escravista, além de trazer a perspectiva da igualdade de direitos, também reconheceria a sua humanidade, por isso fizeram questão de demonstrar que eram capazes de se organizar e pautar discussões próprias, como dizer a quem eram gratos pela abolição. Nesse mote, Walter Fraga Filho (2010), Iacy Mata (2002) e Renata Moraes (2012) refletem que o contexto das festas e celebrações revelam os embates e as expectativas nascidas no curso das lutas contra a escravidão. A partir do fim do cativo e nos anos que se seguiram àquele episódio, foram definidos os campos de disputa em torno da memória da abolição.

Os periódicos de Alagoas e o 13 de maio

Em levantamento no portal da Hemeroteca Digital Brasileira encontramos para

Alegre e Salvador, mas podemos incluir outros centros urbanos, como Maceió. Cf. Santos, 2019; Franco dos Santos, 2019; Marques, 2021.

a província de Alagoas mais de uma centena de folhas e periódicos que estão disponibilizadas para pesquisa, tanto folhas que foram redigidas em Maceió como no interior da província. Para maior compreensão do processo de final do escravismo encontramos 24 periódicos em circulação durante o ano de 1888. Desses, selecionamos três jornais para a presente análise – *O Trabalho*, *O Orbe* e a *Província das Alagoas* –, por possuírem maior número de edições para o período em tela. Além disso, seus editores e ideias eram bastante conhecidos pelos contemporâneos. Por último, as posições defendidas são representativas das demais posturas encontradas em outras folhas.

Com efeito, uma série de cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa como fonte histórica. Tivemos como ponto de partida a pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se interrelacionam na construção do sentido (Palha, 2017). Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (Melo, 2004).

A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinadas passagens, obscurecendo algumas e ainda omitindo diversas (Palha, 2017). Pois, como salienta Pierre Nora, a mídia tem a capacidade de alterar a percepção do receptor, podendo até mesmo modificar o fato em questão, além de interferir na sua percepção e na sua construção, difundindo versões e consolidando as mais diversas interpretações (Nora, 1995).

Assim, em outras palavras, se determinado periódico relatou um cortejo de comemoração à libertação dos escravizados, quais elementos ele escolherá destacar? Quais as intenções estiveram por trás dessas escolhas? Essas preocupações

metodológicas nortearam a pesquisa.

Renata Figueiredo Moraes, em estudo sobre as festas e comemorações pelo fim do escravismo no Rio de Janeiro em 1888, percebe que há uma tentativa de construir uma narrativa oficial, valorizando alguns aspectos e setores da sociedade, contudo há menções de participação popular em algumas notas, como também observamos em nosso estudo sobre a província de Alagoas, que permite perceber choques entre modelos interpretativos da Abolição e de sua festa. Com efeito, conforme Moraes, “a festa foi apropriada por aqueles que não haviam sido chamados para organizá-la”, isto é, ex-escravizados que, a seu modo, também se fizeram presentes na celebração, o que “incomodou” a festa planejada pelas elites que, por sua vez, não compreenderam aquela celebração. A autora observa como ex-escravizados, homens e mulheres pobres, literatos e jornalistas, indicaram diferentes sentidos para a celebração da festa da abolição, “apesar e à mercê das comemorações oficiais”.

Em pesquisa realizada em periódicos de Alagoas podemos perceber que essa característica se repete nas folhas editadas em Maceió. Por exemplo, em *O Orbe*, edição publicada em 19 de maio de 1888, ao noticiar o final da escravização e os festejos que ocorreram no teatro público da cidade, destaca-se:

O nosso amigo Pedro Soares [...] subiu à tribuna e num lampejante improviso, comunicou ao povo ali reunido a grande nova, e ao terminar, levantou vivas à Nação, a Redenção dos cativos e à S. A. a Princesa Imperial Regente. [...]

Às 8:30 horas da noite teve começo o espetáculo da Pantheon Alagoana.

O teatro achava-se lindamente decorado exterior e interiormente, todo iluminado, e como poucas vezes o temos visto. A concorrência de sócios e convidados era extraordinária. Erguido o pano, foi cantado pelos sócios de cena e por meninos e meninas um lindo hino abolicionista composto exclusivamente pelo rvm. Padre Valadares, e que agradou imensamente. O palco estava ricamente decorado com esplêndido dossel, onde se viu o retrato de S. M. o Imperador, troféus, bandeiras, etc. [...] Ao terminar o hino foram levantadas muitas vivas, todos correspondidos calorosamente. [...]

Depois foram todos em bonds expressos até Jaraguá, onde a Fênix ofereceu no seu elegante palacete, licores e conhaques, trocando-se vários brindes entre os senhores Major Tosta, Pedro Nolasco, José A. Azevedo Mello e Napoleão Goulart, digno presidente da distinta sociedade (*O Orbe*, 19 de maio de 1888, p.1).

Assim, entre “licores e conhaques” num “elegante palacete”, a elite proprietária, o governo da província, um reconhecido abolicionista local e demais autoridades brindaram o final da escravização em Alagoas. Assinalamos que a versão

dos fatos registrada por estes periódicos buscou privilegiar apenas a participação desta parcela da população, não esclarecendo o papel dos libertos no processo. Estes são vistos como simples objetos da ação das elites, se beneficiam do processo, mas não participam do mesmo. Por outro lado, das poucas vezes que se manifestam são vistos como ignorantes ou bárbaros, e, por essa razão, afastados e olhados com desconfiança nos momentos de cerimônia.

De maneira geral, nas notícias encontradas nos periódicos percebemos que as festas foram realizadas em grandes casarões luxuosos e entre os membros das elites; no entanto, aquele que realmente tinha motivo para comemorar a liberdade recém conquistada, como evidentemente deve ter comemorado, não mereceu o destaque da imprensa do período.

Semanalmente, nas primeiras páginas dos periódicos, os editores e jornalistas conferiam aos escravizados a condição de pacientes e de pacíficos. Por outro lado, em pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados sem nenhum destaque nos mesmos periódicos, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam seu papel de agentes históricos. Pensar de forma crítica os artigos publicados nesses documentos nos autoriza a reconhecer diferentes versões dos fatos e do que escreviam seus editores, buscando encontrar vestígios da participação dos cativos no processo de conquista da liberdade, ou, ao menos, desvendar aspectos do cotidiano de constantes negociações que estabeleciam com seus senhores (Carmo, 2019; Pedroza e Macêdo, 2013). Esse aspecto pode ser observado nas notícias dos festejos pela libertação, pois enquanto autoridades e membros das elites fulguram com destaque nas notícias, os ex-cativos aparecem como figurantes. Cabe ao pesquisador confrontar a narrativa estabelecida.

Em um exemplo, em outro trecho do artigo de *O Orbe* publicado em 19 de maio de 1888, apenas nas últimas linhas do texto são mencionadas festividades protagonizadas por membros do povo, temos:

Terminada a conferência, cujo o programa foi alterado, para encurtá-lo, a fim de que o povo pudesse tomar parte no grande regozijo a onda popular dirigiu-se à sede da Libertadora Alagoana, onde preparava-se uma luzida marcha cívica.

Ou seja, a população esteve na rua e saudou a chegada da liberdade. Mas é preciso encontrar e destacar essas passagens, reconhecendo sua importância.

Um outro viés: libertos do 13 de maio nos periódicos de Alagoas

Em Alagoas a libertação foi saudada no periódico *O Trabalho*, jornal sediado no município de Pão de Açúcar e editado por Achilles Mello e Mileto Rego. Identificava-se como “Órgão do Comércio, da Lavoura e dos Interesses Sociais”. Em 25 de maio de 1888 o editor fez as seguintes considerações sobre a chegada da notícia da libertação em Maceió:

As 10 horas da manhã deste festivo dia, o vapor-Maceió-da empresa Fluvial, assomou no morro do Faria, e todas as vistas para ali convergem. O vapor de terça feira devia ser o mensageiro da feliz nova, e o povo o esperava com ansiedade.

Em frente à travessa da Matriz, encontram-se colocadas, de ordem do Dr. Luiz Gonzaga de Almeida Araujo, ilustrado e digno Juiz Municipal desta comarca, diversas girândolas de foguetes; e em frente à travessa Gutenberg havia outras colocadas pelos libertos, com o fim de saudar a chegada do vapor. [...]

Às 7 horas da noite, estando modestamente decorada a casa da câmara, ali compareceram as autoridades judiciárias, o presidente da câmara, e um concurso enorme de pessoas acompanhado de uma banda de música marcial, e todos os libertos que puderam comparecer. [...]

Sairão as autoridades e povo, acompanhados da banda marcial, a percorrem as principais ruas da Cidade. [...]

Ao passar o cortejo em frente ao sobrado onde mora o Dr. Joviniano da Luz, recitou este uma bela poesia que foi bem aplaudida. Em frente à residência do Dr. Francisco José da Silva Porto, digno Juiz de Direito da Comarca, parou o cortejo para ouvir um bem pronunciado discurso desse distinto cidadão, o qual terminou erguendo vivas à Princesa Regente, aos conselheiros Dantas e João Alfredo e à Joaquim Nabuco, pelo triunfo alcançado.

D’alli seguiu para a rua da Matriz, e ao passar em frente à casa onde reside o Dr. Juiz Municipal, este pronunciou um eloquente discurso, onde historiou a batalha abolicionista começada em 1830, pela proibição do infame tráfico de africanos. Rememorou o histórico dessa campanha, data por data, nome por nome dos protagonistas mais salientes, quer na tribuna das câmaras, quer na Imprensa.

Mostrou, com vivas cores, os horrores dessa hydra chamada escravidão, e conclui pedindo aos libertos que não abusassem desse direito sublime que hoje adquiriram; e finalmente ergueu vivas à Nação, ao Imperador, à Regente, e aos libertadores em prò da liberdade. [...]

Aii findou a passeata semi oficial para ter a princípio a festa dos libertos os quais, com a urbanidade de quem podem dispor, convidaram autoridades e povo a servirem de um chven de chã, que foi servido com toda regularidade.

Findo isto às 10 e meia da noite, começou entre os libertos o clássico couco que durou até às 5 horas da manhã (*O Trabalho*, 25 de maio de 1888, p.2).

Assim, o relato destacou o discurso das autoridades provinciais, conferindo protagonismo a esses grupos sociais. Observamos que uma ameaça velada persistia no discurso, ao indicar para “não abusar do direito” da liberdade, conclui-se que a libertação era frágil e poderia ainda ser revertida, devendo o liberto comportar-se para não perdê-la. Além disso, destaca-se a “urbanidade” demonstrada pelos libertos, ou seja, esperava-se deles bom comportamento nos eventos e cerimônias do centro da cidade e eram vigiados quanto a isso. Ainda sim, o povo festejou a liberdade até às 5h da manhã ao ritmo do “couco”.

Dessa forma, ainda no mesmo artigo, quando dedicou-se a escrever sobre os libertos, emitiu as seguintes impressões:

Notou se uma cena indescritível ao entrarem os libertos na casa da Câmara Municipal:

Existia ali um quadro com os retratos do Deputado [ilegível] do Dr. José Mariano: um dos pretos perguntou quem eram os originais e dizendo lhe que eram os dois abolicionistas denodados, ele ajoelhou se, e na sua linguagem rude, agradeceu lhes o benefício que fizeram aos míseros escravizados, derramando lágrimas que sensibilizaram o auditório.

O liberto que assim procedem é um daqueles cujo senhor não costumava maltratar os infelizes que tinha como escravos.

Imagina se o que não fariam aqueles que eram tratados como brutos, isso é, como coisas e não pessoas (Festejos à Lei de 13 de Maio de 1888, *O Trabalho*, 25 de maio de 1888, p. 2)!

Destaca-se que os libertos são representados como submissos e cheios de gratidão. O escravizado é reconhecido pelos seus gestos rudes, enquanto o editor rememora os tempos brutos, isto é, o período dos castigos físicos da escravização.

Ainda nas páginas de *O Trabalho* é evidenciado o destaque que as autoridades judiciais possuíram na folha, isso faz-se perceptível na reprodução na íntegra dos longos discursos que foram proferidos pelos juízes e autoridades citados nos jornais. Para além disso, é recorrente a prevenção para que os libertos não abusassem de sua liberdade.

Por fim, na edição comemorativa de 25 de maio de 1888 de *O Trabalho*, o editor encerra o relato das comemorações afirmando voltar ao assunto para retratar os festejos mais populares.

Não sabemos se está finda a festa, porque consta nos que os pretos oferecem aos abolicionistas, um jantar no domingo 27 do corrente. Daremos conhecimento ao público do que for ocorrendo com relação

aos aludidos festejos, tão discretamente promovidos por aqueles que desejavam ardentemente a liberdade de seus semelhantes, a igualdade social (O Trabalho, 25 de maio de 1888, p.3).

Ou seja, na edição seguinte seria relatado novo festejo, dessa vez ofertado pelos libertos aos abolicionistas que tão “ardentemente” desejaram a liberdade. Na impressão do editor, os abolicionistas pugnaram mais pela liberdade do que o próprio liberto. No entanto, nas edições seguintes o assunto não foi abordado, ficando a afirmação esquecida.

Já em *O Orbe*, sob a redação de José Leocádio Ferreira Soares, encontramos os seguintes registros sobre a sanção do 13 de maio em Alagoas:

O dia glorioso, o dia sublime, o dia grandioso ante qual todo brasileiro deve se prostrar é o dia 13 de maio, porque foi o dia em que nossos irmãos escravizados até então deixaram de gemer sob o azorrague do feitor, infame carrasco.

O dia 13 de maio deve ser venerado, porque foi o dia da redenção de nossa pátria, o dia 13 de maio deve ser venerado, porque foi o dia em que orgulhosamente podemos fiar o firmamento, o que até então fazíamos envergonhamos. O dia 13 de maio deve ser venerado, porque foi o dia que mandou que os nossos irmãos deixassem de ser escravos para serem cidadãos.

O dia 13 de maio deve ser venerado em suma, porque foi o dia em que vimos nossos irmãos redimidos e nosso caro Brasil gritou- lhes-Sou livre! No meu solo já não se encontra a mancha negra que se chamava escravidão (O Orbe, 26 de maio de 1888, p.2).

A liberdade dos captivos, ora hoje uma necessidade por complemento, para se dizer que o Brasil é livre por autonomia, e que a palavra-captivo é uma ignomínia aos seus brios e à sua democracia, legada pelos patriarchas de sua independência.

Viva a princesa imperial regente!

Viva o gabinete 10 de março. Vivam os batalhadores da liberdade!

Viva a briosa mocidade estudantil alagoana!

Vivam os patriarchas da independência!

Viva o distinto povo alagoano, Vivam os nossos irmãos livres! Viva o dia 13 de maio (O Orbe, 23 de maio de 1888, p.1)!

A partir dos dois trechos, podemos afirmar que na perspectiva do editor, a libertação significou a redenção da pátria e o povo brasileiro deveria se orgulhar da liberdade, mas também ser grato às autoridades “responsáveis” pela “dádiva”.

O editor do periódico demonstra prevenções quanto às ações do governo a partir do 13 de maio:

O governo deve, pois, atender hoje à colonização dos libertos, que por

motivo da lei de 13 de maio precisam de ocupação, porque em grande parte eles abandonam as propriedades dos seus ex senhores e não acham facilmente ocupação decente (O Orbe, 6 de Junho de 1888, p. 1).

Ou seja, existia a preocupação por parte do editor e seu grupo político de criar condições de trabalho e ocupação aos libertos. Por trás desse pensamento, existia a preocupação com aspectos da segurança na província, pois desconfiavam que a libertação poderia trazer com ela dificuldades para as autoridades no que diz respeito à segurança e aos problemas sociais.

Por fim, é comum encontrar em *O Orbe* reprodução de trechos de abolicionistas reconhecidos nacionalmente, como no trecho em que reproduz famoso discurso de José do Patrocínio:

Maio, o mês floral, maio, o mês dos desabrochamentos, vai fecundar a flor suavíssima da Liberdade, juntamente com as rosas, quando ele estiver desabotoando os lyrios. A parasita do escravismo vai rolar da pátria para ceder o lugar à estrela luminosa da Redenção. Primavera de amor! Primeira primavera pura- entra pelo formoso céu cynico, entra pelos horizontes serenos, ilumina a terra da Cruz, onde estão crucificados milhares e milhares de homens. Sacrifício de séculos! Sacrifício de uma raça inteira, presa ao flagício dos eleitos, sob a vergasta, bebendo o fel das mágoas pela esponja da nostalgia [...] (O Orbe, 26 de maio 1888, p.1).

O fato das autoridades e veículos de imprensa reproduzirem o discurso de reconhecidos abolicionistas da capital do Império revela a intenção de tomar parte da sensação de liberdade que contagiava todo o país, não estando a província de Alagoas alheia a esse sentimento nacional.

A última folha analisada nesse artigo, *A Província das Alagoas*, apresenta posicionamento *sui generis*. Nela, os festejos realizados durante a libertação são assinalados como “vadiação”, ao mesmo tempo em que o editor pedia intervenção dos órgãos públicos e reclamava por uma nova lei de controle social. Na descrição do periódico, o período pós-abolição em Maceió é apresentado como “uma enxurrada” de miséria na cidade, demonstrava preocupação com o grande número de mulheres que se prostituíam, com o livre trânsito de detentos e com uma suposta situação de “caos” que se instalara na capital da província. E “a infeliz população da cidade” parecia “condenada a viver numa sentina” (Desleixo, *A Província das Alagoas*, 1º de agosto de 1888, p.2). Curioso observar que, na opinião do editor, todas as mazelas sociais se

agravaram a partir da libertação dos cativos.

Treze de maio, pôde-se dizer, foi o término de uma batalha e o começo de mil; pereceu um homicida e surgiram outros não menos terríveis.

Convém duplicar os esforços.

O nosso fardamento azul, sem mais a mancha escrava que o nodoava, sorri cheio de gaudio. Recamado de estrelas que são como as flores de uma laureola: mas, infelizmente, á sua sombra, no seos beijos e no seos sorrisos, dorme a prostituição, a miseria geme na enxurrada e a ignorancia lavra por toda a parte.

Para cada lado que nos voltamos vemos um ente [ilegível], coberto de farrapos, na mais hedionda miséria. Ontem era o escravo que apodrecia nos latifúndios, [ilegível] às escuras, sem alimento e sem vestes, tendo por mão carinhosa uma verdasca assassina; hoje è a pobreza deixando-se levar pela escala aterrorizadora dos crimes, que começa pelo roubo e acaba pelo homicídio, que ensina a roubar às ocultas e depois exigir nos portais, violentar e matar (Notas a lápis, A Província das Alagoas, 1º de agosto de 1888, p.2)!

O trecho evidencia certo sentimento de insegurança, mas principalmente de incompreensão e aversão ao recém liberto, pois estabelece conexões indevidas entre os problemas sociais e a chegada da libertação. Além disso, em outras passagens, os proprietários representados no jornal preocupavam-se com questões econômicas e de manutenção do trabalho subserviente nas lavouras. Por fim, o receio e a junção dos temas coloca em evidência o olhar preconceituoso do editor. Em outro trecho da notícia observa-se:

Não tem sido uma vez nem duas que têm se encontrado, nesta capital, cadáveres de recém nascidos lançados ao esterquilínio, ao paúes, à mercê dos cães e dos corvos, e se a polícia tem procurado desvendar esses crimes, bem pouco tem feito que salve a nossa moralidade e civilização ultrajadas.

E nem deverá procurar, a menos si quizer começar pelo alcance e pela enxovia, suffocando a prostituição que lavra escandalosa, salvando-o com a escola e com a officina, dando-lhe luz e trabalho.

Depois da lei de 13 de maio, vemos todos os dias transitar nas nossas ruas um bando de crioulinhos, sem mãe nem pai nem trabalho honesto que as garantam, entregues somente à libertinagem dos dd. Juans.

A causa primordial de tudo isto é a falta de instrução e de uma labor honesto. Caminha tudo para um completo desleixo, sem que ninguém ponha um paradeiro (Notas a lápis, A Província das Alagoas, 1º de agosto de 1888, p.2).

Ou seja, embora não tenha postado-se abertamente contra a abolição, insinuava que a libertação trouxe consigo diversos malefícios e agravou os problemas

sociais existentes. A miséria e o abandono, infortúnios da população carente, eram colocados na conta da libertação. Quanto às autoridades, eram incapazes de oferecer educação e trabalho para essa população.

Por fim, de acordo com Walter Fraga (2020), a abolição aconteceu no auge de lutas protagonizadas por setores populares e por escravizados. Era o desfecho de embates que vinham se agudizando desde pelo menos a década de 1870 e que dividiram a população em relação ao fim da escravidão, bem como à maneira como a sociedade deveria ser reestruturada após a abolição do cativeiro. Esses embates sempre projetaram o medo de que a abolição pudesse resultar em conflitos que colocassem em questão as hierarquias raciais, que até então alicerçaram a sociedade brasileira. Em estudo sobre o recôncavo baiano, o autor observa que a intenção das elites era afastar os perigos de uma convulsão social com a mobilização dos ex-cativos e essa preocupação aparece em muitas manifestações oficiais sobre a abolição.

O mesmo autor observa que as elites políticas envolvidas na edição de periódicos estavam preocupadas com a manutenção da ordem. E repetidas vezes faziam advertências que refletiam o medo de que as tensões que marcaram os últimos anos de escravidão tivessem desdobramento imprevisível depois da abolição. Assim como no passado escravista, os libertos deveriam concorrer com seu trabalho considerado garantia do “progresso” e paz nacionais. Conforme o autor: “seguindo o velho receituário do paternalismo senhorial”, recomendava aos libertos sentimento de “gratidão” pela liberdade restituída pela força das ideias abolicionistas e pelo Estado. Nesses termos, a cidadania não era vista como conquista dos libertos e sim concessão do Estado brasileiro.

Considerações finais

De acordo com Albuquerque (2015, p.15), acompanhar o processo histórico da libertação significa “invadir outras veredas da história do Brasil republicano”, envolvendo espaços tempos e agências variadas, tais como o movimento operário, o pensamento social e a emergência de jornalistas, intelectuais, políticos e lideranças populares. Assim como as instituições culturais recreativas e religiosas, os projetos de nação, os movimentos artísticos, a industrialização, as transformações urbanas, as relações entre os sexos e mesmo as conexões transnacionais.

Dessa forma, ao analisar os periódicos locais em que eram realizados esses

grandes discursos, percebeu-se que o palco principal eram os casarões luxuosos e com participação dos membros das elites. Em contramão, as pessoas que de fato deveriam ser narradas na história, raramente apareciam. E quando citadas, era por uma perspectiva negativa.

Ainda assim, é possível afirmar que, nas festas da abolição nos instantes imediatos da assinatura da Lei Áurea reverberar em Alagoas, emergia, principalmente na capital, uma percepção de liberdade, e essa sensação pode ser observada na imprensa. Consideramos que a luta do povo escravizado foi essencial para o fim da escravidão, e sobre isso não há dúvidas; no entanto, no caso para a imprensa de Alagoas, era apequenado o papel do escravizado e o seu protagonismo na luta pela abolição.

Conclui-se que a luta do povo escravizado em território brasileiro foi essencial para a libertação do mesmo. Havia muitas fugas e rebeliões retratadas nos periódicos provinciais. No tocante aos festejos do 13 de maio, percebe-se que a população esteve presente nas ruas e participou festivamente das comemorações e cerimônias, embora os periódicos não tenham registrado com destaque essa participação.

Por fim, nos dias seguintes ao 13 de maio de 1888, permaneceu a pairar no país as dificuldades da inclusão e o respeito aos direitos de parcelas consideráveis da população. Os libertos e seus descendentes permaneceram marginalizados e olhados com desconfiança, não existiam ações do poder público para integrá-los. Ao contrário, foram considerados, por muitas vezes, causadores dos problemas sociais dos quais foram as maiores vítimas.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra et al. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. Selo Negro, 2015.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 - 1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARMO, Lucas Rodrigues. Alforrias nos livros de notas de Jatahy: estratégias na negociação da liberdade (1872-1888). *Fato & Versões-Revista de História*, v. II, n. 22, p. 62-77, 2019.

CASTILHO, Fábio Francisco. *A Transição da Mão de Obra no Sul de Minas*. Paco Editorial, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, p. 118-139, 2011.

FRAGA FILHO, Walter. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893*. História Social (UNICAMP), Campinas, n. 19, p. 63-90, 2010.

_____. O 13 de maio e os embates da memória da abolição: May 13 and the abolition memory fighting. *Revista Nordestina de História do Brasil*, v. 2, n. 4, p. 221-241, 2020.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, indícios: morfología e historia*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2020.

LARA, Silvia Hunold. O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista. *Africana Studia*, n. 14, 2020.

LUCINDO, Willian R. S. A quem se deve a abolição: negros e as manifestações de 13 de maio em Campinas e Piracicaba (1888-1889). *Topoi (online): Revista de História*, v. 23, p. 126-147, 2022.

MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARQUES, Danilo Luiz. "Guerra a vadiação": notas sobre emancipações e pós-abolição em Maceió/Alagoas (1879-1912). *Anais do 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ*, 2021.

MATA, Iacy Maia. *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MELO, José Marques. Os primórdios do ensino de jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2004.

MIKI, Yuko et al. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MORAES, Renata Figueiredo. *A abolição no Brasil além do parlamento: as festas de maio de 1888. Tornando-se livre*. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. O "dia delírio" de Machado de Assis e as festas da abolição. *Machado de Assis em linha*, v. 11, p. 34-53, 2018.

_____. A República e as festas da abolição: resistência e liberdade no pós-abolição. *Acervo*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 40-62, 2019. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1523>. Acesso em: 22 out. 2024.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto*

História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1995.

PALHA, Cássia Rita Louro. Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas. *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 22, p. 236-258, 2017.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira; MACÊDO, Muirakytan K. Hypolita: tensões e solidariedades nas negociações da liberdade. *Sankofa* (São Paulo), v. 6, n. 10, p. 7-34, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PINCERATI, Walker Douglas. Silêncio na Pinacoteca: Estudo para Libertação dos Escravos no campo dos discursos. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 21, n. 2, p. 159-167, 2018.

SANTOS, Irinéia Maria Franco. A imprensa católica oitocentista em Alagoas. *Quæstionis Documenta* - Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió Ano IV, Nº 4, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. As consequências do racismo para o Brasil. *Nexo Jornal*. Série sobre “Temas Fundamentais do Brasil, v. 9, p. 49, 2017.